PELO DIREITO À CIDADE E À PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL: AS VOZES QUE EMANARAM DO GIGANTE BRASILEIRO NA OCUPAÇÃO DAS RUAS NOS ANOS DE 2015 E 2016

Andreia Cristina Teixeira Tocantins[1]; Tacílio Gonçalves da Silva[2]

Palavras-chave: direito à cidade, manifestações urbanas, participação político-social.

Introdução

[falar que é um ensaio?]

Este texto tem por objetivo promover reflexões e diálogos sobre as manifestações sociais e políticas ocorridas ao longo dos anos de 2015 e 2016 acerca do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, pelo direito à democracia e contra a corrupção. Em tempo, deixamos claro que este texto não tem por intuito defender quaisquer posicionamentos políticos, seja em relação à aprovação ou não do processo de *impeachment*, seja em relação a posicionamentos partidários. Reiteramos que buscamos aqui colocar em diálogo os movimentos ocorridos nas ruas do país em relação ao direito à cidade e à participação político-social de toda a população brasileira.

Nesse sentido, as linhas que se seguem constituem-se, a nosso ver, em uma possibilidade de leitura crítica a respeito da participação política que vimos vivenciando na contemporaneidade brasileira, mais especificamente desde o ano de 2013 com as *Jornadas de Junho*[3]. Movimentos que delinearam e impactaram diretamente o discurso político-ideológico da esquerda e da direita e que refletiu sobremaneira nas manifestações ocorridas nos anos de 2015 e 2016, a despeito de quaisquer outras ocorrências políticas no cenário nacional.

De modo a apresentar tais discussões, organizamos este texto em dois eixos centrais. O primeiro deles aponta de maneira geral as perspectivas teóricas da Geografia sobre os movimentos sociais e suas apropriações espaciais e políticas, dando ênfase no direito dos

---

[1] Pós-graduanda em Educação no Ensino Fundamental pelo Colégio de Aplicação João XXIII. Graduanda em Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Licenciada em Geografia pela mesma universidade. Auxiliar de Instrumento de Avaliação no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF). E-mail: andreiatocantins@hotmail.com

[2] Graduando em Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Licenciado em Geografia pela mesma universidade. Professor no Centro de Educação e Desenvolvimento Integrado (CEDI). E-mail: tacilioo@gmail.com

[3] Para mais informações sobre o movimento ocorrido em inúmeras cidades brasileiras em meados de 2013, a que se deu o nome de *Jornadas de Junho*, ver Sousa e Souza (2013).

diferentes agentes sociais de usufruir do território urbano. Em um segundo momento, trazemos brevemente algumas concepções e previsões colocadas no ano de 2013 após as manifestações de junho e a repercussão desse movimento nas manifestações ocorridas nos anos de 2015 e 2016, as quais bravejaram diferentes posicionamentos ideológicos e políticos.

As vozes das cidades invadem as ruas: pelo direito à cidade e à participação político-social

A segunda década dos anos 2000 no Brasil tem sido marcada por movimentos sociais que impactaram diretamente em ações políticas, econômicas e ideológicas, as quais ainda estão em processo e não se definiram, a despeito de todos os desdobramentos já delineados no cenário nacional. As manifestações sociais ocorridas nessa década apontam para importantes vieses que configuraram as concepções políticas no Congresso brasileiro, ao trazerem, em especial, as reivindicações que revelam a insatisfação populacional diante das ações e dos comportamentos daqueles que foram eleitos pelo povo como seus representantes. Nas palavras de Manuel Castells a respeito dos movimentos ocorridos na cidade de São Paulo em 2013:

> Eles são contra esta precisa prática democrática em que a classe política se apropria da representação, não presta contas em nenhum momento e justifica qualquer coisa em função dos interesses que servem ao Estado e à classe política, ou seja, os interesses econômicos, tecnológicos e culturais. Eles não respeitam os cidadãos. É esta a manifestação. É isso que os cidadãos sentem e pensam: que eles não são respeitados (CASTELLS, 2013, p. 2).

As manifestações causaram espanto àqueles que configuram a representatividade populacional no Congresso. Espanto justificado pelo extenso espaço temporal que separa as manifestações que se iniciaram em 2013 das últimas, de proporções semelhantes, ocorridas no país, entre o final da década de 1980 e início da década de 1990[4]. A quietude populacional durante cerca de 20 anos foi quebrada com a explosão do movimento "Vem pra rua" em junho de 2013. Movimento que propiciou ao cidadão se apropriar daquilo que lhe é de direito: as ruas, os bairros, as cidades. Havia tempo que a população não desfrutava independente da forma com que essa ocupação se deu, das ruas.

[4] Referimo-nos aqui às manifestações urbanas, tendo em vista que ao longo das décadas de 1990 e 2000 o país assistiu a movimentos sociais essencialmente rurais.

Torna-se necessário, nessa linha argumentativa, aclarar que os movimentos sociais[5] foram considerados, em muitas das produções acadêmicas e não acadêmicas colocadas em circulação no calor das manifestações, a base que permitiu que as reivindicações ganhassem força diante do cenário nacional, deixando de se configurar *a priori* como atos de vandalismo e passando a se constituir *a posteriori* como movimentos apoiados, inclusive, pela mídia tradicional brasileira (MOREIRA; SANTIAGO, 2013). É necessário considerar ainda o papel dos movimentos sociais ao longo da história na apropriação do espaço e do território. Nessa perspectiva, é fundamental entender os conceitos de espaço geográfico e de território para que, assim, possa se perceber e compreender a conjuntura social e política que rege historicamente os movimentos sociais e, consequentemente, as manifestações que embasam as discussões apontadas por este texto. Movimentos e manifestações que prezam em primeira instância pela luta por condições justas e igualitárias dentro da sociedade, que possui como modelo econômico, político e social, o capitalismo.

Considerando tais percepções no âmbito da Geografia, trazemos ao diálogo as perspectivas teóricas apontadas por David Harvey. Para o geógrafo, "todas as sociedades, classes e grupos sociais dispõem [...] de um conhecimento funcional de seu território e da distribuição espacial dos valores de uso para eles relevantes" (HARVEY, 2005, p. 162). São esses conhecimentos, a nosso ver, que permitem que os movimentos sociais se apropriem de maneira tão efervescente e exitosa do território das cidades, tal qual ocorreu nas manifestações do início da década de 2010. Por território entendemos, em consonância com Haesbaert (2004), o espaço que possui relação com o "poder, mas não apenas ao tradicional 'poder político'. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação" (s/p). Ao ocupar as ruas, os movimentos sociais usufruem do seu poder, dominando aquilo que lhes pertence: as ruas, as cidades.

Sob a égide dos geógrafos Ruy Moreira (2008) e Milton Santos (1985), defendemos a perspectiva de que a essência do espaço é social. Isso porque o espaço geográfico abrange muito além dos objetos geográficos, naturais e artificiais, mas, sobretudo, abarca a sociedade e todas as vozes que dela emanam. O espaço é social, nesse sentido, as relações e os conflitos

[5] Para fins deste texto, consideramos movimentos sociais as "ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um novo campo político de força social na sociedade civil" (GOHN, 2000, p. 251-252).

que nele se instauram dizem de um modo de produção. Nas palavras de Emília Moreira (2003):

> Nas sociedades estruturadas no modo de produção capitalista, o espaço irá reproduzir a dinâmica deste modo de produção. Isto quer dizer que se o processo e produção capitalista acham-se subordinados às necessidades de obtenção de lucro, o modo como se organiza e se transforma o espaço dependerá, em última instância, da lei do lucro. [...] Considerando-se que cada sociedade se reproduz no espaço por ela criado e que cada espaço reproduz o tipo de sociedade que lhe dá origem, tem-se que, numa sociedade de classes, como a que caracteriza o modo de produção capitalista, o espaço por ela gerado se organiza segundo a estrutura de classes (p. 9).

No caso das manifestações de junho de 2013, a luta era contra o aumento de passagens promovido pelas empresas responsáveis pelo transporte público, especialmente, na cidade de São Paulo. As reivindicações dos movimentos sociais, dentre elas as que deram origem às *Jornadas de Junho*, deixam claro a maneira com a qual a sociedade brasileira é estruturada e como esta reproduz a lógica capitalista instaurada em nosso país. Uma lógica que se baseia na lei do lucro e, por conseguinte, privilegia àqueles que detêm o poder e o capital em nosso país.

As lutas instauradas no cenário citadino (re)faz as lógicas ali existentes, permitindo que vozes sejam ouvidas e/ou abafadas. David Harvey (2013), citando Robert Park, argumenta que a cidade emana a relação que todos os sujeitos nela envolvidos desejam. Isso porque a cidade pode ser considerada "a mais consistente e, no geral, mais bem-sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo de seu coração. [...] Assim, indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refaz a si mesmo" (PARK, 1967, p. 3 apud HARVEY, 2013, p. 27). As *Jornadas de Junho* deixaram claro o desejo dos citadinos, independente de seus posicionamentos ideológicos e políticos: o direito de acesso àquilo que já existe, o direito de ir e vir, o direito de desfrutar da cidade democraticamente. Já as manifestações ocorridas ao longo dos anos de 2015 e 2016, apontam, a nosso ver, para desejos diversos, uma vez que dividiu a sociedade em concepções político-ideológicas dual: as perspectivas da direita e as concepções da esquerda. Todavia, ainda reivindicaram por direitos às cidades, por participação político-social.

> Nós, individual e coletivamente, fazemos nossa cidade através de nossas ações diárias e de nossos engajamentos políticos, intelectuais e econômicos. Todos somos,

> de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos. O direito à mudança da cidade não é um direito abstrato, mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias, quer estejamos cientes disso ou não (HARVEY, 2013, p. 31).

Ocupar o espaço geográfico, social como é, e o território urbano permitem que as vozes ali existentes ganhem força e transformem o espaço público, por meio das distintas representações, em espaço político. Quando a cidade vai às ruas e a ocupa, "ao reclamar o espaço em público, ao criar espaços públicos, os próprios grupos sociais tornam-se públicos" (MITCHELL, 2003, p. 12 apud HARVEY, 2013, p. 34).

Desse modo, a sociedade exerce seu direito à cidade, à cidadania, à democracia, em que pese o fato de cada grupo social lutar por uma causa. Exerce ainda seu poder sobre o território, coloca claramente as relações sociais que se estabelecem e determinam as concepções advindas do espaço geográfico em questão. No subitem a seguir, expomos brevemente os movimentos de ocupação das ruas ocorridos no início da década de 2010 no Brasil, dando maior ênfase, no caso deste texto, aos ocorridos nos anos de 2015 e 2016.

A casa grande e a senzala...[6]: as vozes dos diferentes grupos sociais ocuparam as ruas

> Enquanto governo, Congresso e entidades ditas representantes da 'sociedade civil' não chegam a um denominador comum, fica evidente – e eis-me correndo o risco de uma previsão… - que o próximo Parlamento será pelo menos tão pouco representativo quanto o atual. **E todos, amanhã, se declararão surpresos com o que vier acontecer…** (AMARAL, 2013, p. 10. Grifo nosso).

As vozes da casa grande e da senzala tomaram conta e ecoaram nas ruas nos anos de 2015 e 2016. Surpresa para muitos, movimento já esperado por outros, como apresentado no trecho acima escrito por Roberto Amaral no ano de 2013, no calor das manifestações que ocorriam naquele ano. A despeito do fato de no ano de 2013 a maior parte das vozes que ecoaram terem origem na "senzala", ou seja, advieram daqueles que não possuem poder de influenciar diretamente nas decisões políticas desse país.

[6] As expressões são usadas, especialmente nas redes sociais, por aqueles que se posicionam politicamente no viés da esquerda para representar a divisão de classes existentes em nossa sociedade, quais sejam: a classe média/alta – casa grande – e o povo – senzala, em especial a população negra.

As manifestações que tomaram conta das ruas e "acordaram o gigante"[7] eram formadas por diferentes vozes, reuniram centenas e milhares de pessoas, cada qual com suas concepções políticas. Todavia, o que mais chamou atenção em ambos os movimentos foi a presença daqueles "cidadãos e cidadãs não inseridos nos tradicionais movimentos sociais" (MOREIRA; SANTIAGO, 2013, p. 14), em especial, a nosso ver, naqueles ocorridos nos anos de 2015 e 2016.

As *Jornadas de Junho* eclodiram inicialmente em São Paulo, tendo como estopim o aumento da tarifa de transporte público. As primeiras manifestações sofreram grande repressão policial, foram tratadas pelos governantes e pela mídia como atos de vandalismo e barbárie. A expansão desse movimento pelo país via redes sociais, inverteu a lógica e fez com que a mídia passasse a apoiar os protestos, como já dito no subitem anterior. A nosso ver, em consonância com aspectos apresentados por Amaral (2013), o posicionamento da mídia a princípio só revelou o papel que esta exerce cotidianamente: "A grande imprensa, na verdade, não é contra a política, mas contra seu exercício pelos políticos (**e sobretudo pelo povo**) e não por ela, que da política pretende ter o monopólio" (p.10. Grifo nosso).

O ano de 2015 trouxe à tona novamente, na concepção daqueles que se posicionam num viés mais de esquerda e também em nosso ver, o papel de manipulação exercido pela mídia. O quarto poder, que há tanto se fala em estudos relacionados às repercussões midiáticas, deu o "ar da graça" e influenciou posicionamentos políticos e ideológicos que repercutiram nas reivindicações pelas ruas do país. Mais uma vez os citadinos ocuparam aquilo que lhes é de direito e exigiram que suas vozes fossem ouvidas, protestaram por espaço de participação político-social.

As manifestações que eclodiram no ano de 2015 e prosseguiram pelo de 2016 mostraram reiteradamente o desejo de mudança, o desejo de por fim às mazelas advindas das ações políticas dos representantes eleitos. O "gigante acordou" e bravejou pelo fim da corrupção, pelo direito à democracia. A parte direita do gigante mobilizou ações e vozes que pediram a saída da presidenta Dilma, bem como de seu partido político. O lado esquerdo do gigante entendeu o movimento de *impeachment* como golpe e mobilizou nas ruas e nas redes sociais vozes que pediram reforma política e a permanência, naquele momento, da presidenta, a despeito de entenderem que os posicionamentos do Parlamento atual não atendiam àquilo que esperavam, acreditavam e defendiam.

[7] A expressão viralizada nas redes sociais fazia, de acordo com o que circulou na mídia à época, alusão a um comercial em que os aspectos físico-geográficos da cidade do Rio de Janeiro se tornavam um gigante que caminha em direção ao mar. A caminhada representava no comercial o desenvolvimento econômico do país.

Os movimentos que invadiram as ruas em 2013, alçaram vôos outros em 2015 e em 2016, colocaram em voga, a nosso ver, a perspectiva de democracia participativa defendida por Boaventura Santos (2002), a qual aponta para a necessidade de se estreitar o diálogo entre governantes e sociedade civil. Nesse sentido, significa considerar nas decisões políticas nacionais as diversas vozes que constituem uma nação: representantes institucionais, governos e cidadãos anônimos.

Os movimentos político-sociais ocorridos na segunda década de 2000, e aqui trazidos em breves linhas, apresentaram uma diversidade de atores e sujeitos, organizados coletiva e individualmente. (Des)construiu a visão de que o povo e os jovens, em especial, são despolitizados. Nas palavras de Orlandil Moreira e de Idalina Santiago (2013):

> A ocupação dos espaços públicos possibilit[ou] a construção de esferas públicas, transformando ruas e praças em lugares de discussão pública, influenciando a opinião pública. Ou seja, transform[ou] os espaços públicos em verdadeiras arenas para a participação política (p. 20).

O cenário construído pelas manifestações de 2013, 2015 e 2016 apontaram para a indignação social e deram, direta e indiretamente, pistas de possíveis rumos que o Congresso nacional pode seguir. Deixaram claro que a mobilização social pode interferir de maneira efetiva na construção de uma sociedade com participação política substantiva e que não se calará diante de ações antiéticas, pouco claras e que não viabilize o exercício da cidadania e participação de todos. Cabe aclarar nas linhas finais deste texto que o que aqui se colocou não foi ingênuo, uma vez que temos claro o quanto a elite e a grande mídia interferem no direito daqueles que compuseram a massa dessas manifestações. É-nos sabido que a esses atores e sujeitos sociais só interessa os seus próprios direitos, as suas próprias reivindicações.

Considerações inconclusivas e distantes do final...

A população ocupou as ruas para o desespero daqueles que respondem pela representatividade política nesse país. Isso porque a última década do século XX e a primeira do XXI se constituíram em momentos de calmaria, decorrência, a nosso ver, de conquistas democráticas e sociais que tiraram dos espaços públicos urbanos o caráter de espaços de ações políticas e sociais.

Buscamos nessas linhas brevemente, dados os limites deste texto, levar nosso leitor a refletir e dialogar com seus pares sobre as repercussões que as manifestações ocorridas no início da segunda década dos anos 2000 tiveram e ainda terão nas decisões políticas dos próximos anos, as quais se viram com o desafio de repensar as mobilizações e as ações políticas a serem instituídas em nosso país.

Reconhecemos que, por mais que não tivéssemos por objetivo, em alguns momentos nossas concepções ideológicas apareceram indiretamente, dadas a complexidade e a fragilidade do tema aqui tratado. Todavia, trouxemos a problematização da temática levando em conta não só as repercussões políticas que dessas manifestações advém, mas expressamos também as perspectivas geográficas. Referimo-nos, em especial aquelas relacionadas ao âmbito urbano, nesses movimentos sociais, econômicos e políticos que "acordaram o gigante" e deixou clara a indignação popular, marcada pela democracia representativa – em crise, por sinal.

Referências

AMARAL, R. A grande rede e a explosão das ruas. In: SOUSA, C. M.; SOUZA, A. A. (Orgs.). **Jornadas de junho**: repercussões e leituras. Campina Grande: EDUEPB, 2013. p. 8-12.

CASTELLS, M. **Entrevista no Jornal o Globo**. Rio de Janeiro, 15/07/2013.

GONH, M. G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: Seminário Internacional sobre Múltiplas Territorialidades, I. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf >. Acesso em: 17 abr. 2016.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2ª Ed. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E.... [et. al]. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. p. 27-34.

MOREIRA, E. R. **A produção do espaço**. João Pessoa: DEGEOC, 2003.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?**: por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREIRA, O. L.; SANTIAGO, I. M. F. L. Vem prá rua: os protestos de junho. In: SOUSA, C. M.; SOUZA, A. A. (Orgs.). **Jornadas de junho**: repercussões e leituras. Campina Grande: EDUEPB, 2013. p. 13-21.

SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SOUSA, C. M.; SOUZA, A. A. (Orgs.). **Jornadas de junho**: repercussões e leituras. Campina Grande: EDUEPB, 2013.